

EUA insistem que Brasil tem de fazer acordo com FMI

Roberto Garcia

Washington — Os Estados Unidos continuam insistindo num acordo brasileiro com o FMI e criarão obstáculos nas negociações da dívida se o governo Sarney não aceitar as regras do jogo, disse ontem uma alta fonte americana ao JORNAL DO BRASIL. Num sinal público de irritação, com os atrasos dos pagamentos da dívida com governos, o mesmo funcionário manifestou preocupação com a capacidade do Brasil sustentar seu crescimento aos níveis atuais.

As declarações americanas surpreenderam o ministro Dilon Funaro. Um de seus assessores considerou que elas marcavam um endurecimento de Washington em relação ao Brasil e quase uma provocação:

— Não há nada pior que questionar o futuro de um devedor na maior reunião de banqueiros do mundo — disse.

No dia anterior, o ministro da Fazenda afirmara que havia crescente aceitação por parte dos credores de apenas consultas com o FMI, em vez de um acordo formal com aquela instituição.

— Não, não, não, não. Se quiserem reescalonar vão precisar de um acordo *stand by* com o FMI ou de algo muito parecido — disse o funcionário americano, que falou com a condição de que seu nome não fosse revelado.

A exigência de um acordo com o FMI é atualmente a principal fricção constante geradora de má vontade de vários países industrializados com o governo Sarney. Durante a reunião conjunta o FMI e do Banco Mundial que se realiza na capital americana nesta semana, altos funcionários de alguns desses governos afirmam que o desempenho satisfatório da economia brasileira é suficiente para justificar o tratamento diferenciado que Funaro vem advogando e a dispensa de um acordo formal com o FMI.

Num discurso ontem, por exemplo, o ministro das Finanças da Alemanha, Gerhard Stoltenberg, disse que agora ficou mais necessário tratar cada nação devedora de forma diferente. Em seu conjunto, contudo, os credores hesitam em aceitar exceções que poderiam ser reivindicadas por outras nações em condições menos favoráveis e, assim, perder um instrumento importante para disciplinar os devedores. Mesmo os governos mais flexíveis advertem que a continuação do atrito poderá atrapalhar as próximas negociações brasileiras de reescalonamento da dívida com os Bancos privados.

Sinal vermelho para os bancos

O Brasil deve a bancos internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial e o BID, a bancos privados estrangeiros, como o Citibank e o Chase Manhattan e também a organismos governamentais de financiamento de exportações, como o Eximbank. Para os primeiros, o Brasil sempre pagou em dia. Toda a dívida que vence com os bancos privados, neste ano, já foi reescalonada mas, com os organismos governamentais a situação ainda está irregular.

De janeiro de 1985 a maio deste ano, o Brasil deixou de pagar juros e o principal de sua dívida aos organismos governamentais de financiamento. A partir de junho passado, voltou a pagar os juros que vencem a cada mês. Ficaram pendentes mais de 1,5 bilhão de dólares correspondentes aos 17 meses em que os pagamentos ficaram suspensos. O governo Sarney vem dizendo aos credores que deseja pagar esses atrasados, contudo, que não pode fazê-lo de uma só vez porque suas reservas de divisas estrangeiras são limitadas, não estão aumentando substancialmente e não deseja voltar a situação de vulnerabilidade em que o país ficou em 1982, quando seus cofres ficaram vazios.

Os credores — que são os governos dos Estados Unidos, dos países da Comunidade Econômica Européia, do Canadá e do Japão — acham que o Brasil tem um volume suficiente de reservas para pagar todos os seus atrasados de uma só vez. Acrescentam que, se quiser espaçar esses pagamentos, deve antes fazer um acordo com o FMI e, depois, abrir negociações com o Clube de Paris. Os credores lembram que, quando participa do Clube de Paris como credor, o Brasil também exige que os devedores recorram ao FMI. Esse teria sido o caso, por exemplo, em relação à Bolívia, no início deste ano.

Diante da recusa dos organismos credores em sequer discutir um reescalonamento dos atrasados sem um acordo com o FMI, o governo Sarney elaborou seu próprio calendário de pagamento desses atrasados e o comunicou a representantes daqueles organismos em Paris, em 15 de maio passado. Ao serem informados que, em vez de pagar os atrasados ou de fazer um acordo com o FMI, o Brasil imporia unilateralmente seu próprio calendário de pagamentos, os governos credores limitaram-se a tomar nota da decisão, começaram a receber os cheques, mas continuam afirmando que não gostam da atitude brasileira.

Ninguém quer hostilizar a oitava economia do mundo, especialmente quando sabe Brasil terá que fazer enormes importações a médio prazo. Mas o Brasil não pode violar a regra mais sagrada do Clube de Paris, disse um assessor do ministro das Finanças do Japão.

O que não gostamos é que os brasileiros entrem dando pontapés e tiros na porta do bar — acrescentou um funcionário do departamento do Tesouro americano.

Os sinais de americana ficaram ainda mais claros no discurso feito pelo secretário do Tesouro James Baker III à assembléia do FMI. Ao descrever os avanços feitos pelos países devedores no último ano, Baker citou a Bolívia e a Argentina por seus sucessos na luta contra a inflação, o México por cortar seus déficits, a Colômbia pela menor interferência governamental na economia, a Turquia pela eliminação de barreiras comerciais e o Equador pela liberalização dos investimentos estrangeiros. Embora o Brasil tenha feito progressos consideráveis em alguns desses aspectos, não mereceu qualquer elogio do secretário do Tesouro.